

A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENTRE CONCEPÇÕES, DISCURSOS E PRÁTICAS

Suzy Aparecida Batista de Castro¹

Orientador (a): Maria Lúcia Tinoco Pacheco²

RESUMO

Com o cenário pandêmico, houve a necessidade de mudanças no âmbito educacional, o que incluiu desde a apresentação de uma nova modalidade de ensino até a apropriação de tecnologias com fins educativos por parte de professores e alunos e adoção de recursos diferenciados. No Brasil, dado o contexto educacional inclusivo, um panorama ainda em construção, que exige do docente uma mudança atitudinal e uma maior instrumentalização, as metodologias se destacam por isso. No bojo do que compreendemos como metodologias escolares, está a flexibilização curricular, fundamental, para que mesmo à distância, os alunos fossem atendidos pelo sistema educacional. o objetivo geral do trabalho é analisar as discussões e debates acerca da flexibilização curricular no recorte da educação inclusiva e de sua relevância da formação docente. Adotaremos como procedimento metodológico, nesse trabalho de natureza qualitativa, a pesquisa bibliográfica e documental, baseada em trabalhos sobre o tema como instrumentos legais, livros, teses e artigos científicos. Estes últimos com marco temporal dos últimos 5 anos. Os resultados revelam a importância da flexibilização curricular no espaço da formação de professores, na perspectiva de que o profissional formado esteja apto a atuar nesse contexto educacional de modificações constantes. Envolvendo em tal aspecto a noção de oportunidade para educadores repensarem sua formação, confrontando suas experiências e competências.

Palavras-chave: Flexibilização curricular, Formação docente, Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

A importância sobre o debate da flexibilização curricular na formação de professores no que tange atual panorama que a sociedade vivenciou é essencial para horizonte da educação, visto que, em dado o momento em que as instituições de ensino tiveram que interromper as atividades presenciais devido à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Esse novo contexto e tempo escolar exigiu que os educadores estivessem preparados e conhecedores de diversas tecnologias da informação, didático e socioemocional para implantar nas instituições sobre os regimes não presenciais de ensino e assim reformular a maneira de educar. Pode-se dizer mundo

¹ Mestranda Profissional em Ensino Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas- IFAM, Bolsista FAPEAM, suzyleal202@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto Federal do Amazonas - IFAM, lucia.tinoco@ifam.edu.br.

viveu uma revolução educacional mundial que deixou uma marca inextinguíveis na formação de professores.

À vista disso, é necessário descrever brevemente quando começou a mudança de paradigma que afetou a educação no Brasil. Em novembro de 2019, um novo coronavírus surgiu na China, denominado de COVID-19, que poderia devastar o mundo. Nessa perspectiva, o Brasil relatou seu primeiro caso em fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde (MS), seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), identificou e indicou várias restrições sanitárias sendo uma delas evitar aglomerações, incluindo uma abordagem intempestiva de fechamento de instituições de ensino (SILVA *et al.*, 2020).

Tendo em vista esses aspectos sobre a mudança educacional é cada vez mais comum, permeando os mais diversos ambientes e situações que é apresentado na sociedade. As discussões sempre surgem nos mais diversos discursos e observações dos educadores e da sociedade sobre o que deve ser ensinado, sobre o processo de ensino e aprendizagem, sobre os argumentos que existem nas habilidades e competências que os alunos devem desenvolver em sua vida pessoal e no âmbito profissional. De forma abrangente na sua plenitude o que ensinar e como aprender de forma fragmentada, longe do real. Dessa maneira, adota-se o seguinte questionamento central: É possível que o enfoque do tema na formação dos docentes implique alterações significativas nas práticas pedagógicas?

É importante ressaltar que o currículo não pode ser um elemento estático e padronizado, mas sim um caminho que pode ser percorrido e moldado partir da conjuntura que sociedade está evidenciado. Dessa forma, a flexibilização curricular se insere nesse contexto como forma de compreender o processo do curso em suas mais diversas formas e ambientes (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2021).

De tal maneira que o processo de formação de professores baseia-se no trabalho reflexivo crítico, construído por meio do diálogo, em oposição à racionalidade técnica que há muito marca o cotidiano e a formação docente. Para aprimorar esse processo de formação, tornam-se críticas medidas estratégicas configuradas para superar a crise (SANTOS, 2019). Há de se considerar que a especialização docente surgiu nos documentos de política educacional como um movimento ideológico que representa a formação e a composição docente. Baseia-se em um enfoque teórico crítico nas relações profissionais dos professores com a política, a cultura, o comportamento socioeconômico, a socialização, a comunicação e a tomada de decisões.

Uma vez que o desafio pandêmico continua sendo tirano para a educação no Brasil, pois no contexto o país teve mais de 683 mil mortes do vírus, cerca de 34,4 milhões de pessoas

foram infectadas, sem contar a infinitas sequelas deixadas na sociedade (JOHNS HOPKINS UNIVERSITY COVID-19, 2022). Na educação existiu uma enorme disparidade na educação em relação à o comportamento do público em relação às redes privadas de ensino, sendo acentuada a evasão exacerbada das crianças, especialmente das creches privadas, medidas de prevenção e controle desconhecidas e discursos de representação política em todas as esferas de governo, colapso econômico e todos inseridos nesse ambiente de "tsunami social", (GUEDES; SANTOS, 2020).

A educação inclusiva é pensada para garantir o desenvolvimento integral de seu público e, portanto, é necessário proporcionar aos alunos meios alternativos de aquisição de conhecimento. Nesse sentido, o currículo não pode ser engessado, sendo necessário considerar a possibilidade de aprendizagem garantida (OLVEIRA et al., 2022). A flexibilidade curricular parece, assim, ser uma ferramenta necessária e indispensável para a construção de um ambiente totalmente inclusivo. O currículo escolar pode facilitar essa efetividade por ser democrático, permitindo que a comunidade escolar tenha certa autonomia, flexibilizando-a e definindo prioridades em prol da inclusão.

A educação inclusiva é uma pauta que precisa ser discutida nos mais diversos espaços da educação e sociedade, e quando se trata de flexibilização no currículo, esse tema precisa ser tratado com cuidado pois sempre foi um desafio no âmbito educacional. Isto posto, o objetivo geral do trabalho é analisar as discussões e debates acerca da flexibilização curricular no recorte da educação inclusiva e de sua relevância da formação docente.

METODOLOGIA

A pesquisa reflete a um conjunto de ações que devem seguir uma série de procedimentos previamente definidos por meio de métodos baseados na racionalidade para encontrar resultados e respostas a questões previamente colocadas (CARVALHO et al., 2019).

Isto posto, a pesquisa é caracterizada como abordagem qualitativa. No entendimento de Sousa e Santos (2020), a pesquisa qualitativa de fenômenos sociais é acompanhada por diversas áreas de pesquisa, e com ele surgem os debates sobre o caminho a seguir, os passos a seguir e quais técnicas e ferramentas utilizar na produção do conhecimento. O fato é que no processo de construção e reconstrução de uma dada realidade, o problema inicial da objetivação permite definir o método.

Quanto aos procedimentos é definida como pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Sousa *et al.* (2021), a pesquisa bibliográfica baseia-se no estudo de teorias publicadas, portanto os pesquisadores devem se situar no campo da leitura do conhecimento e

sistematizar todo o material que está sendo analisado. No processo de realização da pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve ler, refletir e escrever sobre o que estudou e dedicar-se à pesquisa para reconstruir a teoria e aprimorar a fundamentação teórica. Na concepção de Batista e Kumada (2021.p,4), a pesquisa bibliográfica é caracterizada pela “busca, consulta e análise de materiais disponíveis na literatura”.

No dizer de Alves et al. (2021, p.53), a “pesquisa documental é importante que o pesquisador assuma um papel ativo na pesquisa e conduza o processo de análise, seguindo os passos de selecionar o material, analisar, organizar, ler e reler, sistematizar, entre outros”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988 dispõe no seu art. 208 o dever do Estado com a educação será efetivo mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Ao adentrar na década de 1990, o sistema educacional brasileiro vem passando por uma crescente mudança para proporcionar uma educação inclusiva para todos os alunos, independentemente de sua condição social, econômica, cultural ou física. Visando o seu desenvolvimento social, escolar, nas aulas de educação geral.

Em 1994, com a resolução das Nações Unidas denominada como “Declaração de Salamanca” declarou que as escolas regulares inclusivas eram o meio mais eficaz de combater as atitudes discriminatórias e que os alunos com necessidades educativas especiais deveriam ter acesso às escolas regulares, guiados pelo princípio orientador de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de sua condição física, intelectual, social, emocional, linguística ou outra (BRASIL, 2006).

No decreto de nº3.298 de 1999 a legislação brasileira, apresentou os seguintes conceitos sobre orientações governamentais para assegurar os seus direitos:

Art. 1º A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.



Nesse prisma, no ano de 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores foram revisadas para enfatizar a competência pessoal, social e profissional dos professores. Estas orientações são complementadas pelo Decreto nº 6.755, de 2009, inserindo a Política Nacional para a Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, atribuindo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) responsável por facilitar os programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2009).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, o currículo deve ter uma base comum, que pode ser complementada ou suplementada para atender às características dos estudantes. No entanto, quando se trata do processo de ensino, quando se discute buscar entregar um currículo inclusivo significativamente aos alunos com deficiência, muitos professores criam incertezas sobre como trabalhar e adaptar o currículo devido a circunstâncias específicas, características desse alunado (BRASIL, 1996).

A LDB nº 9.394/96 diz que:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (BRASIL, 1996).

No texto das Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica encontrou-se:

[...] flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, [...]. (BRASIL, 2001).

Em vista do exposto, evidencia-se que, no rumo da inclusão, existem diferentes elementos que contribuem para sua efetivação, um deles a flexibilização curricular, de forma que a realização de adaptações curriculares adequadas deve favorecer para atingir o ideal da educação de qualidade para todos.

Um ano após a Lei 10.172/2001 implantar o Fórum de Dakar, foi aprovado o Plano Nacional de Educação do Brasil. Recomenda que os países desenvolvam planos nacionais de educação com base nas metas e estratégias descritas no documento. A análise dos documentos mostra que a flexibilização do programa educacional é um mecanismo para garantir a



estabilidade e continuidade da formação dos alunos na escola, bem como a formação de valores, atitudes e habilidades.

Considerando o processo histórico da educação especial, como um subcampo do saber, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, tendo em conta a inclusão como o novo paradigma de hoje. O documento define a educação especial como um método de ensino que perpassa todos os níveis da educação básica, ao mesmo tempo em que ressalta a importância e o papel horizontal do cuidado profissional, ou seja, a educação especial permeará todos os níveis de ensino (BRASIL, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tema da flexibilização curricular surgiu ao longo da década de 1990 e suscitou inúmeras discussões na educação, principalmente a ideia de educação inclusiva. Porque, está diretamente relacionado ao seu conceito. Como estratégia de ensino para todos os alunos, os professores sugerem atividades específicas para este aluno. Não é um currículo novo, mas dinâmico, acessível, variável e extensível.

No dizer de Fernandes e Oliveira (2019), explicita seus pressupostos que essa situação justifica a adoção de políticas baseadas no princípio da igualdade de oportunidades para todos e na filosofia da educação inclusiva, que também está alinhada com a Agenda Global de Educação 2030 e legitima o discurso acadêmico que defende a importância dos professores como “desenvolvedores” do seu currículo e interlocutores qualificados, desenvolver contextualizações e práticas de gestão curricular e pedagógica.

Dessa forma, a flexibilização curricular é projetada para criar uma harmonia entre as necessidades dos alunos com deficiência e o plano curricular da escola. Diante da necessidade de desenvolver um currículo inclusivo e adaptado às necessidades individuais nas escolas, uma mudança na prática docente tornou-se desnecessária, tornou-se uma transição entre o progresso e o retrocesso do aluno.

Corroborando com essa afirmativa, Alves, Madanelo e Martins (2019), explana que a flexibilidade curricular é, conseqüentemente, delineada para se adaptar às circunstâncias específicas dos alunos e das escolas, contextualizando o conhecimento entre as disciplinas, garantindo que todos tenham o direito à aprendizagem e ao sucesso educacional, aumentando a equidade e a inclusão e aprimorando a qualidade da aprendizagem, valorizando os alunos para promover a aprendizagem ativa e significativas e construir habilidades complexas tais como o

questionamento do conhecimento, integração do conhecimento, comunicar de forma eficaz e na resolução de problemas.

Além disso, a flexibilidade deve ser constituída com base nas necessidades estabelecidas, articulando ainda que cada caso é único, exigindo primeiro a criatividade do professor e a capacidade de organizar/elaborar de forma colaborativa. A proposta preconiza o alinhamento com o desempenho desses alunos, respeitando seu potencial e integrando-se ao planejamento.

A partir da análise deste núcleo de concepção, é essencial a necessidade de fortalecer a ação colaborativa entre educadores, professores do núcleo comum pedagogos dos serviços de educação profissional para considerar temas estratégicos para a aquisição de um currículo comprometido com o desenvolvimento integral do sujeito, levando em conto que esse procedimento de troca se estabelece em uma possibilidade de formação para todos os sujeitos comprometidos que se corresponsabilizam pelo discente (VIERA; HERNADEZ-PILOTO; RAMOS, 2019).

Para flexibilidade, os docentes podem contar com a cooperação dos professores da sala de recursos, ou podem sugerir ações, como atividades que utilizam materiais específicos como apoio à aprendizagem. Dessa maneira, o corpo docente deve buscar aprimoramentos de seus conhecimentos que facilitem a formação para desenvolver a aprendizagem do aluno e cuidar para resguardar seus direitos e acessibilidade para que sejam respeitados e o processo de inclusão de alunos com deficiência seja efetivo.

Alguns autores tratam a flexibilização como sinônimo da adaptação, outros definem como direito de todos e a adaptação como direito de alguns. Segundo Baptista e Mantoan (2018), apontam que a inclusão tem como premissa o direito à diferença que garante a igualdade de acesso à educação.

Assim, no âmbito educacional, a flexibilidade implica o direito de garantir as diferenças curriculares. Isso significa encontrar coesão entre uma base curricular comum e a realidade dos alunos, suas identidades sociais, culturais e pessoais, contudo também combinar diferentes estilos de aprendizagem e as múltiplas inteligências que existem na sala de aula. Todos se reconhecem no curso e se tornam protagonistas do próprio processo educativo.

Nessa ótica, em uma pesquisa realizada por Vasconcelos, Rahme e Gonçalves (2020), com um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que estava no Ensino Técnico Integrado (ETI), ações para flexibilização curricular, procedimentos didáticos e propostas de ensino específicas ocasionaram na melhoria nas condições na escolarização do estudante com TEA.



Os resultados da pesquisa também sugerem que ajustar a temporalidade do currículo e dos programas pedagógicos, empregando assim currículo diversificado, que integre a teoria com a prática e use uma linguagem objetiva pode tornar o processo educacional mais compreensível.

Respalhando essa ideia Rosolem e Vicentini (2020), relata que em uma pesquisa empreendida no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) no Instituto Federal do Paraná (IFPR), por meio da mediação no processo administrativo e pedagógico de flexibilização curricular para respeitar as especificidades dos estudantes resultaram na permanência e êxito escolar, e assim o discente formou em Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio pelo IFPR.

Na pesquisa de Fonseca *et al.* (2020), na pesquisa aplicada no em uma instituição de ensino que Atendimento Educacional Especializado (AEE), orientou os ajustes no currículo do seu corpo docente para uma otimização e maior contribuição na adequabilidade nas intervenções com alunos público-alvo da educação especial. Dessa forma, foram ofertadas as flexibilizações, as adequações e as adaptações necessárias para equilibrar as dificuldades dos educandos no processo de ensino e aprendizagem e assim obtendo excelentes resultados.

E um estudo completo realizado por Galvani e Flores (2018), com alunos com Síndrome de *Down* (*SD*) em escolas de ensino regular foram identificados alunos que precisavam de recursos e serviços de apoio para adquirir conhecimento que adapte os currículos escolares para adaptar as práticas de ensino aos estilos individuais de ensino e aprendizagem. Conseqüentemente, os alunos tiveram apoio de recursos e serviços de apoio para apropriar-se do conhecimento, ou seja, para adequar os currículos escolares, e assim oportunizou e adequou suas práticas pedagógicas às formas individuais de ensino e aprendizagem.

E, dado o sucesso da pesquisa citadas, a inclusão não é simplesmente a colocação dos alunos em sala de aula, mas uma mudança no sentido de aceitação da diferença, e acredita-se que o envolvimento dos professores da educação geral é fundamental, visto que, ao entender essas transformações é necessário mudanças e diferenciação no fazer pedagógico. A escola necessita de professores que pensam na educação como um todo, uma proposta inclusiva em sala de aula se faz necessária e urgente quando houver necessidade.

Em suma, a flexibilização curricular deve ser realizada, atendendo assim às inovações sociais e políticas que servem para promover a educação inclusiva. Com base nesse entendimento, as atividades dos profissionais da educação têm necessidades muito diversas, e os professores, como mediadores e responsáveis pela assistência à aprendizagem, tendem a se aprimorar e tomar a iniciativa de conhecer informações e inovações de outros campos, bem



como possíveis abordagens pedagógicas que são relacionados com a realidade das instituições de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou uma análise sobre a flexibilização curricular no recorte da educação inclusiva e de sua relevância da formação docente. Neste prisma, com este novo quadro normativo curricular parece ter desencadeado novas formas de trabalho entre os professores, fomentando a colaboração, partilha e reflexão entre os seus pares, potenciando assim o seu desenvolvimento profissional por meio da flexibilização curricular. Nessa perspectiva, parece inferir que a dimensão colaborativa no trabalho docente é um elemento-chave na construção de processos curriculares comprometidos coletivamente e abertos à inovação.

Diante do exposto, a Flexibilidade Curricular essencialmente possibilita diferentes caminhos para superar diversos desafios. É neste contexto que importa repensar as funções das escolas e a natureza da ação educativa, pois estão sempre e cada vez mais ao serviço de uma nova compreensão, interação e ação no mundo. Os tempos desafiadores da pandemia exigiram criatividade e flexibilidade da classe dos professores, que tiveram testadas suas habilidades para que articular atividades para esses alunos em tempos difíceis.

Assim, acredita-se que a formação de professores deve resgata a história de sua construção identitária. O professor deve ser visto como capaz de refletir criticamente sobre suas teorias e práticas docentes, capaz de ampliar seus conhecimentos, replicar o que preparou, fazer escolhas políticas, contribuir para sua própria formação e, assim, cooperar para a transformação da sociedade. Recomenda-se para futuras pesquisas uma análise sobre os desafios e percepções pós pandemia sobre a flexibilidade curricular de profissionais que trabalham com crianças com deficiência que frequentam em instituições de educação especial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário et al. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da FUCAMP**, v.20, n.43, p.51-63/2021.

ALVES, Sônia; MADANELO, Olga; MARTINS, Maria. Autonomia e flexibilidade curricular: caminhos e desafios na ação educativa. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 27, p. 337-362, 2019.



ARAÚJO, Glauce Barros Santos Sousa; OLIVEIRA, Eniz Conceição. Flexibilização Curricular: Concepções E Práticas À Luz Das Produções Científicas Brasileiras. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, p. e004-e004, 2021.

BAPTISTA, Maria Isabel Sampaio Dias; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inovar para fazer acontecer: como estamos fortalecendo redes de apoio à educação inclusiva. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 2, p. 763-777, 2018.

BATISTA, Leonardo; KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista brasileira de iniciação científica**, v. 8, p. e021029-e021029, 2021.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1669-0-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes - no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 27 ago. 2022

BRASIL. LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394 -LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 ago. 2022.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. – Petrolina-PE, 2019. 83 p.: 20 cm.

FERNANDES, Preciosa; OLIVEIRA, Elânia de. Educação inclusiva e flexibilidade curricular: aproximações e distanciamentos entre discursos" oficiais" e discursos de professores. 2019. **Revista de Estudos Curriculares**, n.10, v.2, p.1-22, 2019.

FONSECA, Kátia Abreu et al. A importância da formação em ajustes curriculares para a implantação de práticas inclusivas. **RECeT-Revista de Educação, Ciência e Tecnologia-Câmpus de Presidente Epitácio**, v. 1, n. 1, p. 29-49, 2020.

GALVANI, Márcia Duarte; FLORES, Natália Fernandes. Adaptação curricular na escolarização de alunos com síndrome de down: concepção e atuação dos professores. **In: XXV**



Congresso de Iniciação Científica e X Congresso de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. 2018.

GUEDES, Roberta Valeria; DOS SANTOS, James Pinheiro. Formação de professores em tempos de pandemia. **Projeção e Docência**, v. 11, n. 1, p. 01-25, 2020.

Johns Hopkins University COVID-19. Coronavírus (COVID-19): Estatísticas Novos casos e mortes. 2022. Disponível em: https://www.google.com/search?sxsrf=ALiCzsYRfDu_XG9L_B_G0yRhDnOwGM50hQ:1661627102172&q=COVID-19&si=AC1wQDAXKblb4YtxZaDquKpQ5Js55CVph8NS1FIwBhgs6qyyHpZ7b8dKUYIVU9f1MeIqkBT08IHR90TLux0tamIV139sNT7jEg85LatFV1wbI9oH5iBOSHY%3D&biw=1366&bih=568&dpr=1#wptab=si:AC1wQDBF2RcKatHNYKk5KEXjCWwXaynAN8XfC4Bz32rcD9fgis1hMvKg_qTGQvJKFuyrMkok43gVN89xLb8QhuXEQhBh6gkSmVEguJg94UMKZuUjqx2wwR8E614ULoRTYQh0F1113ADqLhTRIRovTJ_tB3j-e36ft5VU3cKURqBTQ3pRG9wb3k4%3D. Acesso em: 27 ago. 2022.

OLIVEIRA, Maria da Glória Alves et al. Flexibilização curricular e a inclusão de alunos com deficiência: percepções de professores do ensino fundamental na cidade de Acopiara-CE. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, p. e49411730223-e49411730223, 2022.

ROSOLEM, Loretta Derbli Durães; VICENTINI, Cleverton Juliano Alves. Flexibilização curricular e transtorno do espectro autista: NAPNE e codocência para a permanência e o êxito na educação profissional, científica e tecnológica. **Revista Transmutare**, v. 5, 2020.

SANTOS, Juliana Ormastroni. Perspectiva crítico-reflexiva e colaboração na formação do professor. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 4, n. 1, p. 85-99, 2019.

SILVA, Ellery Henrique Barros et al. Pedagogia da pandemia: reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, p. 29-44, 2020.

SOUSA, Angélica Silva et al. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

SOUSA, José Raul; SANTOS, Simone Cabral Marinho. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

VIEIRA, Alexandro Braga; HERNANDEZ-PILOTO, Sumika Soares de Freitas; RAMOS, Ines de Oliveira. Base Nacional Comum Curricular: tensões que atravessam a Educação Básica e a Educação Especial. **Educação**, v. 42, n. 2, p. 351-360, 2019.